



NIP-C@M

**Núcleo de Investigação em Práticas
e Competências Mediáticas**

Universidade Autónoma de Lisboa

A RÁDIO COMUNITÁRIA E A SOCIEDADE EM MOÇAMBIQUE

ISABEL PESTANA MARQUES

Doutoranda em Media e Sociedade no Contexto
da Comunidade dos Países de Língua
Portuguesa - Universidade Autónoma de Lisboa

2024



09

**WORKING
PAPER**

INTRODUÇÃO

O percurso mediático em Moçambique distingue-se dos outros países africanos de língua oficial portuguesa por múltiplas razões: históricas, políticas, económicas e até tecnológicas.

Apesar do progresso da alfabetização, do progresso económico e social vivido após a independência, do fim do monopartidarismo e da evolução mais recente com a televisão e com o digital (redes sociais, blogues, etc), a rádio continua a dominar o mundo mediático em Moçambique (Figueiras & Ribeiro, 2019).

Em qualquer ponto do vasto país, a rádio comunica o que se passa no mundo, no país, na região e na comunidade local, relacionando as populações entre si, criando laços identitários, preservando culturas, partilhando e produzindo informação e, por conseguinte, promovendo o desenvolvimento da sociedade moçambicana, independentemente das escalas da rádio: nacional, regional, local e micro.

A diversidade de escalas e a multiplicidade de competências da rádio moçambicana justifica a existência de uma pluralidade de rádios, públicas e privadas, integradas ou não em redes de ação com significados e impactos diversificados, a saber:

as rádios sempre foram o meio com maior acesso à população, destacando-se a Rádio de Moçambique com as suas delegações em todas as províncias e relações com grande número de rádios comunitárias, com as quais atua em rede. Salientamos também as rádios religiosas e as comunitárias, financiadas por organizações não governamentais que privilegiam conteúdos de apoio ao desenvolvimento, como saúde, alimentação, educação. Para além destas marcam presença as rádios públicas europeias, como a RDP-África, a RFI (Rádio França Internacional) e a BBC África. (Figueiras & Ribeiro, 2019, p.37).

A multiplicidade de tipologias nesse mundo radiofónico moçambicano pode gerar um discurso confuso, de difícil compreensão e responsável por uma “uniformização” ou “simplificação” de realidades radiofónicas que acontecem em Moçambique, à escala local, por necessidade e significado social, apresentada em geral em rede e sem destaque das respetivas características singulares e originais.

Neste âmbito, pretendemos estudar a rádio moçambicana à escala micro, diferente da local, a mais próxima da vida quotidiana das populações: a rádio comunitária (RC) e as suas especificidades.

Enunciado o tema, este trabalho de índole exploratório tem como objetivo principal compreender o papel das rádios comunitárias na sociedade moçambicana. Para cumprir esse objetivo, procuraremos compreender as características, as funções e os eventuais impactos das rádios comunitárias em Moçambique, sem deixar de distinguir aquilo que é comum e diferente em relação às outras rádios locais.

Sem desejar realizar uma história da rádio comunitária em Moçambique, o enquadramento histórico a explanar ajudará a compreender o quadro operativo das RC em Moçambique. A comparação com outras rádios comunitárias estrangeiras só se realiza a título indicativo, pois o trabalho não pretende realizar um estudo comparativo, não exequível com o tempo e a dimensão física, previstos para o trabalho. Como protocolo metodológico, importa referir o método e as técnicas (Bertoni & Galinkin, 2017; Minayo, 2001; Reis, 2017; Teun & Mendizábal, 1999), selecionados e utilizados.

Ao nível do método escolhido, importa referir que, quanto à generalização, segundo a classificação de Luís Pardal e Eugénia Lopes (Pardal & Lopes, 2011), pretendemos

proceder a um estudo de caso pois analisa, de modo intensivo, situações particulares que possibilita generalizações empíricas; quanto à obtenção e tratamento de dados, o método é qualitativo ao privilegiar, na análise, o caso singular e operações que não implicam quantificação e medida (Minayo, 2001). Quanto aos quadros de referência, é compreensivo pois enfatiza a apreensão e explicitação da significação interna do fenómeno, da sua singularidade, sem explicar, mas sim compreender (Minayo, 2001), e é funcional pois enfatiza o estável na vida social, enquanto produto das instituições, explicando os papéis desempenhados pelos fenómenos no sistema social.

Ao nível das técnicas utilizadas, optámos pela análise qualitativa de acervo documental (relatórios, inquéritos, estudos e notícias *online*) e pela realização de uma entrevista qualitativa semiestruturada (Goldenberg, 2004) a um ex-voluntário de uma rádio comunitária moçambicana (repórter em 2021)¹, com fins complementares.

Dadas as limitações existentes, quer temporais para a realização deste trabalho, quer físicas à redação do mesmo, quer operacionais devido à distância física Portugal-Moçambique, impeditiva de conhecermos os programas radiofónicos das RC, por definição com alcance limitado à localidade, quer a reduzida disponibilidade digital de produção documental sobre as rádios comunitárias moçambicanas, procuraremos explorar a temática com recurso à literatura existente.

Nesse conjunto bibliográfico, destacamos os estudos de Faruco Sadique (2001), *Ondas comunitárias. Algumas experiências de apoio ao estabelecimento de rádios comunitárias pela UNESCO em Moçambique* (2001); de Anabela Alves (2005), *As rádios comunitárias em Moçambique. Estudos de caso*; de Tomás Jane (2006), *Comunicação para o desenvolvimento: o papel das rádios comunitárias na educação para o desenvolvimento local em Moçambique*; de Patrícia Paula, *Rádios comunitárias: “Voz di Povo”. A experiência africana: os casos da Guiné-Bissau e Moçambique* (2010); *Rádios comunitárias: por uma democracia activa. Dois estudos de caso; Guiné-Bissau e Moçambique* (2011); *Comunicação para o Desenvolvimento: Novo paradigma de intervenção comunitária. Rádios comunitárias da Guiné-Bissau e de Moçambique* (2012a), *Rádios comunitárias: Em prol da comunicação para o desenvolvimento* (2012b); *Rádios comunitárias em África: Movimentos pelos direitos humanos* (2013); *Para onde vais, Comunicação para o Desenvolvimento? Rádios Comunitárias: projectos com compromisso!* (2014); e de Renato Mkaima (2011), *As rádios comunitárias em Moçambique: Contributo para uma análise*.

Infelizmente, o tema não tem suscitado a publicação de outros estudos e mais recentes com exceção de *As rádios comunitárias ao serviço do desenvolvimento das zonas rurais em Sofala: Caso da Rádio Comunitária de Marromeu* (2021) de Silvia Afonso e Nelson Ribeiro.

Literatura tradicional ao privilegiar a enunciação e a descrição à análise e à reflexão, com exceção de alguns momentos mais críticos e até comparativos como os textos de Patrícia Paula (2010, 2011, 2012a, 2012b, 2013, 2014). Todavia, a datação desses estudos não nos permite conhecer melhor a evolução das RC até aos nossos dias. A parca produção, e descontínua no tempo, de relatórios sobre as rádios comunitárias

¹ Entrevista realizada no dia 15 de maio de 2022 às 15:00h, com a duração de 90 minutos, com recurso à plataforma zoom, gravada com autorização do entrevistado, mas não incluída neste trabalho por compromisso de confidencialidade. Para o efeito, apresenta-se em Apêndice o Guião da entrevista semiestruturada. Doravante, o teor desta entrevista é referenciado por “entrevistado”.

e sobre a rádio moçambicana, em geral, não permitirá aprofundar este trabalho, optando-se pela síntese e reflexão, quando possível. Esperamos com este trabalho poder dar um pequeno contributo para o estudo do tema em questão, alertando para as lacunas e, quiçá, inspirar a novas pesquisas e reflexões.

A RÁDIO EM MOÇAMBIQUE

1. ORIGENS

Antes da independência de Moçambique, celebrada a 25 de julho de 1975, a rádio constituía o principal meio de comunicação nessa colónia, de população essencialmente rural, pobre, analfabeta, sem possibilidade de expressar a diversidade geocultural inerente à dispersão humana num imenso território no qual a língua portuguesa era falada e compreendida por uma pequena elite letrada e urbana.

A rádio constituiu uma ferramenta de afirmação e manutenção do poder colonial do Estado Novo português, com o apoio de entidades públicas e privadas, políticas e religiosas, e sob supervisão da Ação Psicossocial das Forças Armadas Portuguesas e da Polícia de Intervenção de Defesa do Estado (PIDE) e mais tarde da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE). O objetivo era assegurar o poder colonial, mobilizando a minoria branca para o esforço de guerra, cativando a maioria negra, apelidada de “indígena”, para que não apoiassem as forças insurretas anticoloniais ou desmobilizando aqueles que já se tinham juntado à guerra de libertação. Quando o equipamento radiofónico português, sobretudo urbano, não conseguia chegar à população rural, a propaganda sonora fazia-se por altifalantes, com uso multilingue (português e línguas maternas locais).

Perante o uso propagandístico da rádio portuguesa, a FRELIMO, enquanto movimento de libertação, optou por usar igualmente a rádio para captar apoios, comunicar e fazer crescer as suas fileiras contra o opressor. Desta vez, recorrendo a aparelhos de rádio clandestinos, com emissão em ondas curtas (Mkaima, 2011), de forma a “ludibriar” o controlo das autoridades portuguesas e a chegar ao maior número de pessoas, por mais distantes que se encontrassem. O propósito da proximidade à população ditava a prática de uma rádio de perímetro geográfico limitado.

Com a independência em 1975, afirma-se como República Popular de Moçambique. À semelhança das outras independências africanas do final da década de 70 do século XX, surgiu um sistema de partido único com a estatização da informação, o fim da atividade comunicacional privada e a perseguição aos jornalistas independentes (Figueiras & Ribeiro, 2019). Nesta altura, não há palco para a criação e gestão de órgãos de comunicação social pela comunidade, nomeadamente de rádio. Todavia, para compensar essa ausência, também a FRELIMO usou altifalantes para comunicação propagandística e ainda criou os telecentros com os mesmos fins, da competência do Gabinete de Comunicação Social (Alves, 2005; Sadique, 2001, n.d.).

Com a queda do bloco soviético nos anos 80-90 e com o apoio financeiro dos Estados Unidos da América, “os sistemas mediáticos do espaço lusófono reconfiguram-se numa perspetiva de abertura ao mercado, mas mantendo especificidades inerentes às condicionantes históricas, políticas e económicas” (Figueiras & Ribeiro, 2019, p.41).

À semelhança de Angola, Moçambique manteve um sector público controlador da informação, vinculado aos partidos do poder, e um “setor privado concessionado a figuras afetas ou próximas ao regime político” (Figueiras & Ribeiro, 2019, p.41).

No final do século XX, as progressivas democratizações formais dos regimes africanos de língua oficial portuguesa, incluindo Moçambique, assistiram a um enfraquecimento progressivo do papel dos Estados no campo dos *media*, graças à expansão do mercado mediático, com o aumento do número de operadores privados e de proventos associados a atividades, como a publicidade (Figueiras & Ribeiro, 2019).

A evolução tecnológica do digital das tecnologias de informação e de comunicação e a progressiva mediatização da sociedade moçambicana, com semelhanças e diferenças em relação aos outros países do espaço lusófono, ditaram o progresso das características e das funções dos Media num processo singular, atingindo todos os Media moçambicanos, incluindo aquele que ainda é mais acessível (fácil e barato de produzir e de ouvir) à maioria da população: a rádio (Mkaima, 2011).

Graças à promulgação da Lei da Imprensa em 1991, o decreto 22/92 de 31 de dezembro que regulamenta o espectro radioelétrico e o decreto 9/93 de 22 de julho que determina as condições do privado, cooperativo e misto para operarem a radiodifusão e a televisão (*Rádio Comunitária. No AR legalmente do licenciamento ao exercício em Moçambique*, 2000), a Comunicação Social evoluiu em Moçambique, aproveitando-se da nova estabilidade decorrente da assinatura do Acordo Geral de Paz em 1994. O país acolheu novos investimentos, reformou a economia, abriu a Comunicação ao privado e fez mudanças sociais e políticas conducentes à democratização. Num processo de “reinvenção” e de “reformismo solidário” como afirmou Anabela Alves: “Com a perda dos referentes históricos do socialismo e o alargamento da economia de mercado verificou-se a necessidade de reinvenção das práticas de governação. É com esta renovação que surge o reformismo solidário, que se traduz pela responsabilização coletiva, pela solidariedade e pela equidade” (Alves, 2005, p.23).

Instituições estrangeiras como a UNICEF (agência das Nações Unidas para a Infância), o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a OMS (Organização Mundial de Saúde), a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), a IBIS (organização não governamental dinamarquesa) e numerosas organizações não governamentais (ONG) internacionais ajudaram nesse processo comunicacional horizontal a partir de 1997, apoiando e financiando a rádio mais próxima dos moçambicanos, nas regiões mais longínquas, rurais e isoladas, sob o lema da promoção do desenvolvimento local e da democracia – as rádios comunitárias (Alves, 2005; Bonin, 1999; Jane, 2006; Mkaima, 2011; Sadique, 2001).

À escala micro, a RC em Moçambique tem vivido um percurso evolutivo de ritmos, características e impactos diversos, de múltiplos significantes, responsável por uma história singular da rádio moçambicana e, por conseguinte, dos *media* desse país.

Segundo Marie-Helene Bonin (1999), a diversidade existente no mundo da rádio em Moçambique permite inscrevê-la num processo de mediatização plural e moderno. Segundo o estudo de Bonin (199), podemos distinguir cinco tipos de rádios em Moçambique: a) a rádio pública, ou seja, as emissoras de rádio de propriedade estatal, nacionais, provinciais ou estrangeiras; b) a rádio comercial, ou seja, as emissoras de rádio de propriedade privada, de âmbito nacional, provincial ou estrangeiras com fins comerciais; c) a rádio religiosa, ou seja, as emissoras de rádios nacionais, provinciais ou estrangeiras pertencentes a entidades religiosas; d) a rádio comunitária, ou seja, emissoras baseadas no distrito, pertencentes a entidades públicas ou privadas com fins de desenvolvimento comunitário e e) a rádio política, ou seja, as emissoras nacionais ou provinciais pertencentes a partidos políticos (Bonin, 1999, p.18). Desta forma, a natureza

da propriedade (estado *versus* privados), a área de emissão/produção (nacional, provincial, distrital ou estrangeira) e ainda a função das rádios (comercial, religiosa, desenvolvimento comunitário e político-partidária) permitem definir e delimitar as características radiofónicas em exercício em Moçambique, no final do século XX até à atualidade.

Nesta multiplicidade de tipologias propostas por Bonin (1999), a rádio comunitária distingue-se das outras rádios pela função que desempenha, independentemente da natureza da propriedade e do tipo de financiamento: o desenvolvimento comunitário em sentido lato e sem fins lucrativos. Igualmente, exclui a rádio religiosa e a rádio política da categoria de rádios comunitárias, pela propriedade e pelo teor do programa central religioso/partidário, muitas vezes emitidas numa escala local, regional ou nacional, avessas à escala macro das RC.

Todavia, o conceito de rádio comunitária em Moçambique não foi consensual, tendo em conta o seu histórico em África², nem na sua génese e nem na sua evolução até aos nossos dias, tendo em conta a sua função, a sua programação, o seu financiamento e a sua escala de intervenção.

Segundo Faruco Sadique (2001), a rádio comunitária nasceu em Moçambique ao abrigo do Projeto de Desenvolvimento dos Media (PDM), acordado entre o governo moçambicano e o fundo da UNESCO/PNUD, como “aquela [rádio] que é **da** comunidade, **feita pela** comunidade e **para** a comunidade, definindo-se a comunidade como um grupo geograficamente baseado e/ou um grupo social [associação local] ou sector público que tem interesses comuns ou específicos” (Sadique, 2001, p.10). Precisa ainda que a RC, “uma rádio efetivamente comunitária, deve estar na comunidade, servir a comunidade e ser da comunidade” (Sadique, 2001, p.11). Neste âmbito, Sadique acrescenta:

Um documento sobre estratégias para o desenvolvimento das rádios comunitárias em Moçambique (Maputo, 2000) define a rádio comunitária como sendo um serviço de radiodifusão sem fins lucrativos, gerido com a participação da comunidade; responde às necessidades da comunidade, serve e contribui para o seu desenvolvimento de uma maneira progressista, promovendo a mudança social, a democratização da comunicação através da participação da comunidade. Essa participação varia de acordo com as condições sociais em que a estação opera. A finalidade principal de uma rádio comunitária [...] é contribuir para o desenvolvimento socioeconómico e cultural da comunidade, promovendo a cultura de paz, a democracia, os direitos humanos, a equidade, e o *empowerment* da comunidade onde está inserida” (Sadique, 2001, pp.10-11).

Apesar deste quadro conceptual, Sadique (2001) incluiu nesse processo de génese das rádios comunitárias em Moçambique um conjunto de rádios de naturezas diferentes,

² A emergência de rádios independentes e à escala local em África, com o apoio do Ocidente, criou uma literatura na qual o conceito de rádio comunitária se confunde com outros: “Em 1985, pouco tempo depois do surgimento da primeira rádio [comunitária], no Quénia, havia pouco mais de dez estações radiofónicas independentes em toda a África mas, na década seguinte, na sequência das rápidas e profundas mudanças sociopolíticas operadas no continente, em 1998 já largas centenas de estações de rádio independentes (incluindo as de gestão do tipo comunitário) estavam em funcionamento. Esta verdadeira explosão de estações de rádio independentes registada em África sobretudo na década de 90 não só foi positiva do ponto de vista de tornar a informação mais acessível aos cidadãos como também permitir às populações uma maior participação nos processos de democratização dos respetivos países. [...] No entanto, apesar da sua designação de rádios comunitárias, muitas emissoras africanas desse cariz não têm uma verdadeira ligação com as comunidades em que se encontram instaladas” (Sadique, n.d., pp.2-3).

apelidadas na altura de “comunitárias” pelos seus promotores: as rádios pertencentes às associações comunitárias criadas com fundos do PDM da UNESCO/PNUD, da IBIS, do Instituto Austríaco para a Cooperação Norte-Sul e de ONG, as rádios patrocinadas pelas igrejas (católica e protestante) tal como a rede de rádios de propriedade estatal e dependentes do Instituto de Comunicação Social (ICS) moçambicano (Mkaima, 2011; Sadique, n.d., 2001)³, ou seja, rádios privadas e públicas, sem fins lucrativos, a operarem em escalas micro, com e para as comunidades, mas com apoios de dimensões heterogêneas e consequentes impactos no quotidiano programático das mesmas.

Essa integração de cunho mais generalista de rádios de escala local, dirigidas às comunidades, mas nem sempre emergentes das mesmas nem controladas em exclusividade pelas mesmas no conceito de RC por Sadique (2001), não é consensual e tem gerado polémicas que derivam da própria evolução do percurso das rádios moçambicanas, a operar à escala micro.

Após dez anos de vida das rádios comunitárias em Moçambique, os estudos de Patrícia Paula (2010) não incluíram as rádios pertencentes à rede do ICS na categoria de comunitárias uma vez que considerou que só as rádios criadas pelas associações comunitárias, promotoras do desenvolvimento local e da identidade comunitária, num processo de cidadania ativa e democrática à escala micro, independentes de estruturas públicas nacionais, é que são na essência de cariz comunitário, preferindo apelidar as rádios do ICS de “rádios estatais locais”(Paula, 2010, p.12) ao escrever:

as rádios estatais puras (locais) são: 1. propriedade do Estado, representado pelo Instituto de Comunicação Social (ICS), criado em 1977 para a promoção da comunicação no desenvolvimento rural; 2. geridas centralmente a partir da Direção do ICS através das delegações provinciais; 3. financiadas pelo Estado, através do seu Orçamento Geral. Podemos dizer que estas rádios são desprovidas de autonomia jurídica, financeira, patrimonial e até editorial (Paula, 2010, p.11).

Neste âmbito, Patrícia Paula (2010) só inclui na categoria das RC aquelas que cumprem quatro características mínimas, a saber: “a) propriedade da comunidade (geográfica ou de interesse) à qual serve; b) sem fins lucrativos, visando apenas objetivos sociais; c) gerida pela comunidade, sem interferências externas, públicas ou privadas, políticas ou comerciais; d) a programação deve refletir as aspirações da sua comunidade” (Paula, 2010, p.12).

Concluiu, então, Paula que as rádios em Moçambique, dependentes de estruturas de escalas nacionais, regionais ou distritais, quer financeiramente, quer de recursos humanos e tecnológicos, quer de orientações programáticas, a emitirem em escala local para públicos comunitários (como as rádios da rede do ICS e das igrejas) devem ser classificadas de “rádios locais”, cumprindo o seu lugar no mundo radiofónico moçambicano, com impacto e benefício da sociedade nacional. Com esta diferenciação, Paula classifica de “rádios comunitárias” aquelas que operam a uma escala de emissão micro e no cumprimento dos requisitos mínimos acima apresentados, integrando-as em movimentos de RC existentes pelo mundo fora como

³ Neste conjunto, Sadique (2001) inclui ainda outras rádios como, por exemplo, as religiosas que a nosso ver não se inscrevem nas rádios comunitárias, por pertencerem a Igrejas, por emitirem uma programação maioritariamente religiosa e por se inscreverem numa escala de emissão maior que a micro, ao ser local, distrital, e até regional (Alves, 2005; Bonin, 1999; Mkaima, 2011; Sadique, n.d., 2001).

a AMARC internacional⁴ e comparando-as com as da Guiné-Bissau (RENARC) (Paula, 2010, 2011, 2012a).

Atualmente, a exclusão das rádios locais de intervenção comunitária da classificação de RC em Moçambique é polémica e geradora de críticas mútuas entre o ICS (membro associado da AMARC) e o FORCOM – Fórum Nacional das Rádios Comunitárias (criado em Moçambique em 2004 e membro votante da AMARC), num “braço de ferro” comunicacional nos *media* e nos palcos políticos, responsável pela rivalidade de atuação e de angariação/consolidação de públicos, desigual devido aos recursos financeiros e materiais do ICS ser superior aos das outras rádios de intervenção comunitária, apoiadas pelos dados internacionais ou comunitários.

Rivalidade conflituosa alimentada pela inexistência de um quadro normativo moçambicano que regulamente a Rádio e, por conseguinte, as rádios comunitárias e locais. A proposta legislativa já foi discutida no Parlamento, mas ainda não foi aprovada até à data (2022), com grande prejuízo dos atores implicados no movimento radiofónico comunitário.

As dificuldades de classificação das RC em Moçambique impedem o uso de informação quantitativa e qualitativa, rigorosa e objetiva, essencial à compreensão da evolução mediática das RC e do respetivo impacto na sociedade⁵.

Para tentarmos ultrapassar essa questão, optamos por estudar a especificidade das rádios moçambicanas a operar em escala comunitária, quanto ao papel/desempenho e ao impacto das mesmas, focando as seguintes características, quando os dados permitirem: propriedade, gestão, objetivos, receitas, alcance da emissão, conteúdos, produtores, formação de *staff* e acessibilidade. Aqui, o comum ou semelhante e o diferente ou oposto serão explorados para uma maior fidelidade à realidade em estudo.

2. INSTALAÇÕES E NÚMERO DE RC

Desde 1997, a instalação, em Moçambique, de rádios destinadas à escala comunitária está sujeita à legislação generalista em vigor e obedece à apresentação, ao Gabinete de Informação (GABINFO)⁶, estatal, de uma declaração escrita com o objetivo da rádio

⁴ A AMARC, organização não governamental internacional de serviço do movimento das rádios comunitárias, criada em 1983 no Canadá e com mais de 4.000 membros e 150 países associados, incluindo Moçambique, definiu no documento “Princípios para um marco regulatório democrático sobre Rádio e TV Comunitária”, em 2008: “As rádios e televisões comunitárias são atores privados que têm uma finalidade social e se caracterizam por serem geridas por organizações sociais de diversos tipos sem fins lucrativos. Sua característica fundamental é a participação da comunidade tanto na propriedade do meio quanto na programação, administração, operação, financiamento e avaliação. Trata-se de meios independentes e não governamentais que não realizam proselitismo religioso, nem são de propriedade ou estão controladas ou vinculadas a partidos políticos nem a empresas comerciais” (Cit.in Paula, 2010, p.12).

⁵ Como é o caso do relatório intitulado “Cmcs, telecentros e rádios locais e comunitárias em Moçambique” de 21 de agosto de 2020 e organizado pelo CAICC (Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária) que apresenta informação pertinente sobre as zonas Norte (províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula), Centro (províncias Zambézia, Tete, Manica e Sofala) e Sul (províncias de Inhambane, Gaza, Maputo-província e Maputo-cidade) que assume no título as diferenças entre local e comunitária, mas mistura informação sobre as entidades mencionadas no documento (CAICC, 2020).

⁶ <https://www.gabinfo.gov.mz/> Consultado em 15 julho 2022, 10:51h.

(consentâneo ao 4^a artigo da Lei da Imprensa aprovada em 1991⁷), o local de emissão (morada na comunidade), as línguas de emissão (línguas maternas locais e obrigatoriamente o português), a identificação do proprietário (em geral, associações comunitárias), o estatuto jurídico da entidade produtora (entregue em anexo à declaração) e a identificação do diretor da rádio (em geral, residente na comunidade), acompanhado de: i) uma memória descritiva do pedido (com a indicação em mapa e em escala adequada da cobertura de emissão prevista, circunscrita à comunidade); ii) uma descrição da atividade que se propõe desenvolver (especificando os princípios gerais e específicos inerentes à programação que pretendem desenvolver, especificando os programas-tipo e a respetiva duração); iii) um projeto das instalações e iv) um estudo de viabilidade (só exigido a rádios com participação do Estado – as “locais”). Em seguida, esse conjunto documental segue para o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM) para verificação e aprovação das condições técnicas. Após análise positiva, cabe ao INCM submeter o pedido ao despacho do ministro dos Transportes e Comunicações para aprovação das condições técnicas. Após aprovação, o pedido é devolvido ao Gabinete de Informação que, por sua vez, o submete ao Conselho de Ministros para a concessão de alvará (licença oficial de emissão) que tem a duração de 10 anos (CAICC, n.d.; *Rádio Comunitária. No AR legalmente do licenciamento ao exercício em Moçambique*, 2000; Sadique, 2001).

Processo burocrático e moroso, responsável por ritmos desiguais de instalações de rádios comunitárias em Moçambique, quer no tempo, quer no espaço (Mkaima, 2011). Muitas foram criadas, algumas consolidaram-se, outras sobrevivem com grandes dificuldades e demasiadas ficam “adormecidas”, sem emissão, mas com alvará válido. Atualmente, a morosidade burocrática para a obtenção do alvará (mais de um ano) e a desacreditação das ONG enquanto responsáveis pelo funcionamento de rádios comunitárias pelo ICS (tutelado pelo GABINFO), protetor das rádios locais aos seus cuidados, são acusados de se tornarem desmobilizadores da criação e da manutenção das RC, sobretudo pelas entidades privadas moçambicanas⁸.

O ritmo muito lento de crescimento das RC em Moçambique, expresso pelos números existentes e disponibilizados por diferentes organizações, pode subscrever eventualmente essas afirmações: em 2015, somavam-se cerca de 114 RC que incluíam rádios comunitárias e CMC - Centros Multimédia Comunitários (*Estimativa do número de cidadãos abrangidos pelas rádios e centros comunitários em Moçambique*, 2015, p.15); em 2019, o valor de 114 RC existentes é citado por Fárída Costa do ICS, precisando que 82 eram “geridas” pelo ICS⁹ e, em 2022, o ICS é responsável por 69¹⁰ e o FORCOM

⁷ Nomeadamente: “a consolidação da unidade nacional e a defesa dos interesses nacionais; a promoção da democracia e da justiça social e a elevação social, educacional e cultural dos cidadãos” (*Rádio Comunitária. No AR legalmente do licenciamento ao exercício em Moçambique*, 2000).

⁸ Queixas apresentadas pelo FORCOM em reuniões nacionais, em conferências internacionais e nos *media* moçambicanos, expressas, por exemplo, nas notícias: “Moçambique: Debate sobre Rádios Comunitárias e Desenvolvimento”, de 17 de dezembro de 2019 - <https://www.vaticannews.va/pt/africa/news/2019-12/mocambique-debate-sobre-radios-comunitarias-e-desenvolvimento.html> Consultado em 18 julho 2022, 19:10h; “FORCOM preocupada com encerramento de Rádios Comunitárias em Cabo Delgado”, de 09 julho 2020 - <https://www.vaticannews.va/pt/africa/news/2020-07/forcom-preocupada-com-encerramento-de-radios-comunitarias-em-cab.html> Consultado em 18 julho 2022, 19:15h.

⁹ <https://www.telanon.info/sociedade/2019/02/13/28649/dia-mundial-da-radio-em-mocambique-radio-e-companhia-de-75-da-populacao/> Consultado em 17 julho 2022, 16:25h.

¹⁰ <https://www.ics.gov.mz/quemsomos/> Consultado em 16 julho 2022, 12:10h.

por 52¹¹ RC, ou seja, somando ao todo 121.

3. DESEMPENHO E FUNÇÕES DAS RC

O papel das RC durante os últimos 25 anos em Moçambique foi seguramente positivo tendo em conta as funções das RC e o nível de desempenho das mesmas, enquanto *media* ao serviço da sociedade, mais propriamente das comunidades, honrando os objetivos traçados pelas instituições internacionais, com o acordo do estado moçambicano num processo dinâmico e profícuo.

Duas décadas e meia de construção e de reinvenção das RC, assentes em associações comunitárias ou em empresários com apoio estatal (caso da rede ICS), organizadas em ambiente familiar e comunitário no qual dois ou três funcionários asseguravam o *staff* exigido com o apoio de numerosos jovens voluntários que maioritariamente trabalharam graciosamente, imbuídos de espírito cívico e de gosto pela rádio, em troca de formação e de aprendizagem social¹² e, por vezes, de alimentação e transporte diário (Mkaima, 2011).

Com poucos recursos financeiros (doações estrangeiras ou rendas provenientes de venda de publicidade, de programas pagos por empresas locais, de angariação de fundos através da organização de festas e quermesses comunitárias, de venda a preços simbólicos de bens como fotocópias, de divulgação de dedicatórias ou de cursos informáticos à comunidade e sem fins lucrativos), as RC adquiriram as infraestruturas de imobiliário, compraram os equipamentos e garantiram a sua manutenção, pagaram a eletricidade ou os geradores de energia ou modernizaram-se com equipamentos informáticos, caso tivessem acesso à rede da internet¹³ (Jallov, n.d.; Mkaima, 2011). A falta de financiamento traduziu-se, muitas vezes, pelas paragens mais ou menos temporárias de emissões ou pela adesão à rede de rádios do ICS¹⁴.

Neste contexto, as RC trabalharam para as suas comunidades, diagnosticando o perfil das mesmas de forma a decidir as línguas a usar para facilitar a comunicação radiofónica e organizando os programas de cariz noticioso, educacional e cultural, de duração temporal variável e com recurso a convidados e a materiais sonoros pertinentes. Igualmente, trabalhando com a comunidade, ao ter como base as associações comunitárias emergentes, contratar o *staff* e os voluntários na comunidade, formar os técnicos e os animadores na medida do possível¹⁵, animar os programas com convidados ou entrevistados da comunidade e dando antena à voz da comunidade (queixas, pedidos de música, recados), aproximando-a dos decisores políticos e das soluções locais (Mkaima, 2011).

Importa, então, compreender o desempenho e as funções das RC ao longo do tempo.

O uso da pluralidade de línguas pelas RC tem facilitado a comunicação entre

¹¹ <http://www.forcom.org.mz/radios/> Consultado em 16 julho 2022, 12:14h.

¹² Informação prestada pelo entrevistado.

¹³ Informação prestada pelo entrevistado.

¹⁴ Informação prestada pelo entrevistado.

¹⁵ Facultada pela observação e experiência no terreno e promovida pelos cursos de formação criados pelo FORCOM e pela CAICC. Consulte-se por exemplo: (CAICC, n.d.; Jallov, n.d.; Mkaima, 2011) e <https://www.ics.gov.mz/quemsomos/> Consultado em 16 julho 2022, 15:10h; <https://news.un.org/pt/story/2012/11/1419091-radios-comunitarias-em-formacao-sobre-hivisida-na-africa-oriental>, Consultado em 17 de julho 2022, 17:35h.

populações isoladas e longínquas de qualquer outro *medium*, maioritariamente rural, não escolarizada e não falante de português nem de outras línguas de comunidade vizinhas, dada a vastidão geográfica e cultural de Moçambique. Aqui, a língua portuguesa, obrigatória, tem uma função agregadora da nacionalidade moçambicana, e a(s) língua(s) maternas locais têm um papel identitário e de proximidade na comunidade, com uma função de inclusão e de participação a uma escala micro, nem sempre visível ou percebida pelo poder instalado na capital ou no distrito.

As RC mantêm vivas as línguas maternas (*Rádios comunitárias e as línguas usadas*, n.d.), agilizam a acessibilidade à mensagem transmitida e permitem estreitar a comunicação com a comunidade no contacto com as RC tal como não ostracizam quem não compreende a língua oficial do país – o português¹⁶. Os noticiários de curta duração (máximo de 30 minutos) construídos maioritariamente com base na informação recolhida localmente e de interesse comunitário e só com referências ocasionais a informação de distrito ou de província, quando emanados pelas autoridades superiores, tornaram esses momentos noticiosos, falados em várias línguas (português e materna(s)) para compreensão de todos, como espaços de eleição de acesso e de partilha de informação micro e quotidiana e, por conseguinte, ouvidos com muita atenção pelo público comunitário, muitas vezes individual e só¹⁷. Ao acederem a alguma informação nacional, transmitida em não português, os ouvintes vivem a experiência da integração e da identidade nacional, essencial a uma participação democrática informada. Os programas temáticos¹⁸ sobre saúde [nomeadamente, nutrição e cuidados de higiene com o bebé e crianças; nutrição e cuidados médicos com as grávidas e parturientes; doenças como a diabetes, a cólera e o SIDA; práticas de segurança e higiene no trabalho (agrícola, comercial e escolar); prevenção do alcoolismo e da toxicodependência e, ultimamente, os cuidados a ter perante a pandemia do Covid 19], sobre o combate à violência doméstica e ao casamento precoce, sobre a promoção da alfabetização e da escolarização, sobre o trabalho agrícola e a progressiva entrada da mulher no mercado de trabalho e ainda sobre o incentivo ao empreendedorismo, explorados em entrevistas, debates, tertúlias, reportagens ou conversas radiofónicas, muitos promovidos pelos dadores e ONG internacionais, tornaram as RC palcos e motores de educação e de desenvolvimento local, económico e cívico, das comunidades-alvo (Mkaima, 2011).

Por fim, os programas de entretenimento, ouvidos em várias línguas, de música, canção, teatro radiofónico, leitura em voz alta e debates acerca de tradições culturais locais, tal como a organização de festas com a comunidade local, transmitidas em direto para o público ouvinte mais distante, tornaram as RC um elo de identidade

¹⁶ Confirmado por António Ndapassoa ao testemunhar, a 13 março 2022: “As políticas de língua devem ter como objetivo a valorização dos direitos humanos e devem ter uma preocupação de ecossistema linguístico. Espera-se que as políticas linguísticas promovam as línguas minoritárias, que sejam orientadas para promover o diálogo e o combate às desigualdades sociais” <https://www.telanon.info/sociedade/2019/02/13/28649/dia-mundial-da-radio-em-mocambique-radio-e-companhia-de-75-da-populacao/> Consultado em 17 julho 2022, 16:42h.

¹⁷ Informação prestada pelo entrevistado.

¹⁸ Por exemplo: <https://www.caicc.org.mz/index.php/rádios/projecto-mulher>, Consultado em 17 julho 2022, 17:42h ou <https://www.caicc.org.mz/index.php/rádios/cidadao-do-meu-distrito>, Consultado em 17 julho 2022, 17:46h.

cultural e de agregação social, essenciais à vida das comunidades¹⁹.

Neste âmbito, a promoção da saúde pública, da proteção da infância e da mulher, tal como da autonomia económica, social e cultural realizadas pelas RC, com e para as comunidades, foi igualmente responsável por uma maior cidadania ativa e participativa no quotidiano comunitário, expressão de emancipação democrática (*Relatório: Conteúdos produzidos nas rádios e centros multimédia comunitários em Moçambique 2016, 2017; Relatório sobre consultoria de monitoria dos programas radiofónicos das 6 rádios comunitárias, 2011*). Daí, Mkaima (2011) ter considerado a RC como vital para o desenvolvimento e para a democratização das comunidades em Moçambique, através das funções que desempenha, tais como:

- Possibilita que as comunidades tomem conhecimento do que se passa no país e no Mundo;
- Ouvir as suas próprias experiências, como também criticar assuntos, processos e programas que influenciam as suas vidas;
- Educa e mobiliza as comunidades envolvidas em iniciativas de desenvolvimento;
- Possibilita uma maior interação entre o poder e as comunidades, como também promove boas práticas nas mais diversas áreas, quer económicas, política, culturais ou sociais (Mkaima, 2011, pp. 11-12).

4. IMPACTO

Por fim, tendo em conta as características, as funções e o desempenho das RC, importa compreender o impacto das RC nas comunidades em que se instalam, à escala micro, e na sociedade moçambicana, às escalas complementares (nacional, regional e local). Impacto compreensível pelo tipo de público-alvo das RC e pelas repercussões da emissão radiofónica nesse público, em contexto mais alargado (familiar, vizinhança, laboral e institucional).

Segundo Mkaima (2011), o acesso à rádio em Moçambique, em 2011, era o melhor entre todos os *media*, rondando 90%, enquanto a televisão só cobre 70% do território, a imprensa só é lida por 2,5% e o acesso à internet é reduzida, maior nos centros urbanos (Mkaima, 2011).

De acordo com os dados recolhidos e estimados pelo Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária (CAICC), em 2015, existiam 114 RC a atingirem 70,2% da população moçambicana, uma vez que os raios médios (50 km)²⁰ das emissões das RC comunitárias chegavam potencialmente a 18.054.968 habitantes, distribuídos em 7.561 assentamentos humanos em todas as 11 províncias do país (*Estimativa do número de cidadãos abrangidos pelas rádios e centros comunitários em Moçambique, 2015, p.21*), como apresenta a Figura 1:

¹⁹ Informação prestada pelo entrevistado.

²⁰ Área estimada justificada pelos responsáveis: “fatores tais como a densidade da população, natureza da paisagem (montanhas, declives), potência do emissor e raio médio, localização da RC e altura do mastro, estado de manutenção do emissor e equipamento do estúdio, etc., definiu-se um raio de influência médio de 50 km para cada RC existente no país” (*Estimativa do número de cidadãos abrangidos pelas rádios e centros comunitários em Moçambique, 2015, p.7*).

Figura 1
Estimativa dos potenciais ouvintes das RC em Moçambique
(2015)

Província	Rádios comunitários	Assentamentos	Potenciais ouvintes	População da província	% de potenciais ouvintes
Niassa	13	611	974.264	1.656.906	58,8
Cabo Delgado	10	767	1.432.775	1.893.156	75,7
Nampula	18	1.209	3.493.213	5.008.793	69,7
Zambézia	13	866	3.141.716	4.802.365	65,4
Tete	13	851	1.436.635	2.517.444	57,1
Manica	8	673	1.312.474	1.933.522	67,9
Sofala	11	833	1.785.359	2.048.676	87,1
Inhambane	9	658	1.180.728	1.499.479	78,7
Gaza	8	547	875.678	1.416.810	61,8
Prov. e Cid. Maputo	11	546	2.422.126	2.950.760	82,1
Total	114	7.561	18.054.968	25.727.911	70,2

***Projectada pelo INE para ano 2015**

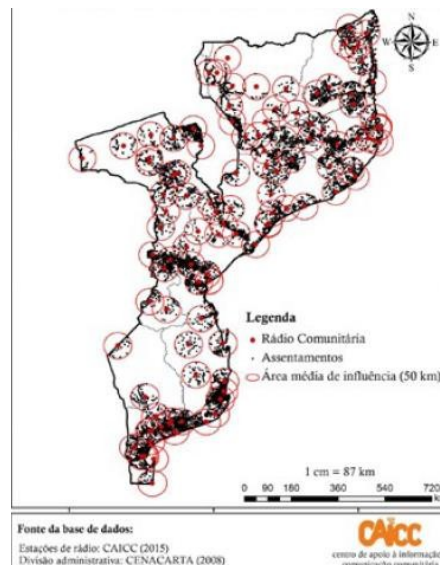
Fonte: *Estimativa do número de cidadãos abrangidos pelas Rádios e Centros Comunitários em Moçambique, 2015, p.21*

A distribuição geográfica é igualmente significativa, de acordo com essa estimativa do CAICC de 2015, ao registar:

Quanto à sua variação pelas regiões norte, centro e sul do país, estas emissões chegam a 5.682.884, 5.994.568 e 4.478.531 habitantes, respetivamente. Nas províncias de Sofala, Inhambane, Maputo e Cidade de Maputo, mais de 77% da sua população são potenciais ouvintes de pelo menos uma RC. Mais de 50% de habitantes de cada província do país são potenciais ouvintes das emissões de pelo menos uma rádio comunitária. Os habitantes das cidades da Matola e Maputo “continental”, pela sua proximidade física, menor extensão, localização central das RCs, beneficiam-se mutuamente das rádios comunitárias existentes em cada uma delas, ou seja, as emissões das RCs da cidade da Matola chegam à cidade de Maputo, e as da cidade de Maputo chegam a Matola, vice-versa (*Estimativa do número cidadãos abrangidos pelas rádios e centros comunitários em Moçambique, 2015, p.21*).

Ressalve-se que este estudo inclui RC localizadas nas sedes/vilas distritais, áreas densamente povoadas, e, por conseguinte, com maior número de ouvintes. Algumas dessas RC (em Cabo Delgado, Tete, Gaza e Maputo), por proximidade com a fronteira, abrangem a população dos países vizinhos e a população moçambicana “raiana” é abrangida pela cobertura radiofónica dos outros países (*Estimativa do número de cidadãos abrangidos pelas rádios e centros comunitários em Moçambique, 2015, p.7*), como demonstra a figura 2:

Figura 2
Distribuição geográfica das RC em Moçambique (2015)



Fonte: *Estimativa do número de cidadãos abrangidos pelas rádios e centros comunitários em Moçambique, 2015, p.9*

Para celebrar o Dia Mundial da Rádio, a Rádio Moçambique ONU News noticiou *online*, a 13 de fevereiro de 2019, que a rádio era companhia de 75% da população moçambicana²¹, incluindo todo o tipo de escalas de rádios.

Podemos, então, confirmar a popularidade da rádio e o impacto das RC no público moçambicano, tendo em conta os condicionalismos inerentes aos *media* nesse país.

Os altos custos das infraestruturas de emissão televisiva e da rede de internet, o alto preço dos televisores, dos computadores e dos *smartphones* e o custo da eletricidade, nem sempre disponível, tal como a elevada taxa de analfabetismo impossibilitam a leitura de jornais, revistas e livros, tornam a rádio o *medium* por eleição para ser ouvido em qualquer parte de Moçambique, na qual um aparelho de rádio, mais barato, móvel e independente da eletricidade, é ouvido em casa, no transporte ou no trabalho, mesmo nas zonas mais isoladas graças à emissão das RC.

Sendo o impacto da mensagem radiofónica emitida e da dinâmica desenvolvida entre as RC e os respetivos públicos difíceis de quantificar e de recolher por existirem poucos relatórios (Taimo & Zandamela, 2006) ou estudos de caso (Afonso & Ribeiro, 2021) sobre as repercussões das RC na ação individual e comunitária ou disponíveis digitalmente, optamos por referir alguns ecos mediáticos desse impacto²².

²¹ <https://www.telanon.info/sociedade/2019/02/13/28649/dia-mundial-da-radio-em-mocambique-radio-e-companhia-de-75-da-populacao/> Consultado em 17 julho 2022, 16:20h.

²² Por exemplo, a notícia intitulada “A voz da comunidade nos distritos são as rádios comunitárias” de 25 abril 2013 - <https://verdade.co.mz/a-voz-da-comunidade-nos-distritos-sao-as-radios-comunitarias/> Consultado em 18 julho 2022, 17:03h.

O impacto das RC no desenvolvimento da cidadania ativa, da participação comunitária e da autonomia individual é reconhecido, por exemplo, no testemunho de Fátima Costa, presidente do ICS, proferido a 13 de fevereiro de 2019, ao afirmar: “Pode-se notar hoje, sem nenhum receio, que as populações já discutem as suas vidas na rádio, já dizem o que querem, já dão as suas opiniões. Se formos a ver quando falamos de tolerância, quando falamos de paz, elas acabam tendo conhecimento de muitos processos que estão decorrer neste país através da rádio”²³ ou na informação prestada pelo nosso entrevistado, com exemplos representativos concretos.

A este propósito, destacamos o facto de a modernização de algumas RC com o recurso às redes sociais e aos blogues ter provocado a captação de um público mais jovem, muito recetivo ao ativismo cívico e à interajuda comunitária, rejuvenescendo o público radiofónico das RC, atualizando e formando a camada jovem, influenciadora quer dos mais novos quer dos mais velhos. Os debates e as tertúlias à volta dos programas temáticos de cariz educativo anteriormente mencionados são os mais participados durante a emissão e mais falados nos dias seguintes à emissão, ditando novos e mais participados comportamentos. Igualmente, as RC constituem a entidade que agiliza a comunicação comunitária, resolvendo situações de urgência (por exemplo, raptos) quando a demora das autoridades é prejudicial²⁴.

O impacto das RC na educação da mulher²⁵, promovendo a saúde (prevenção da SIDA e proteção da grávida e da maternidade²⁶), a proteção (violência doméstica, casamento prematuro²⁷, gravidez precoce, violação) e a autonomia são igualmente difíceis de serem medidos, mas o facto de o número de mulheres recorrer às RC para participarem nos programas radiofónicos com questões e pedidos de esclarecimento, para participarem nas entrevistas e reportagens de rua realizadas pelos técnicos e voluntários das RC e pelo crescente número de mulheres a trabalhar nas RC, progressivamente deixando a secretária administrativa para o microfone (Bamo, 2014), indicia uma maior participação e autonomia feminina nas comunidades rurais moçambicanas, em geral conservadoras e patriarcais²⁸.

O impacto das RC no desenvolvimento do empreendedorismo económico e social, da cidadania ativa e democrática é igualmente difícil de distinguir. Todavia, a necessidade de as RC realizarem programas sobre essas questões promotoras da emancipação, da autonomia e da vida política no sentido de participação comunitária, partidária ou não, e a adesão dos públicos a essas emissões, tal como as orientações/formações emanadas pelas autoridades civis e pelas entidades internacionais e ONG para garantir a qualidade desses programas radiofónicos permitem concluir que a mensagem é rececionada pelos públicos que, mais uma vez, interagem com as RC com perguntas e depoimentos²⁹. Sem os programas das RC sobre técnicas e produtos agrícolas, sobre higiene e segurança dos alimentos à venda, sobre o associativismo e micro empresas,

²³ <https://www.telanon.info/sociedade/2019/02/13/28649/dia-mundial-da-radio-em-mocambique-radio-e-companhia-de-75-da-populacao/> Consultado em 17 julho 2022, 16:20h.

²⁴ Informações prestadas pelo entrevistado.

²⁵ Por exemplo: <https://www.caicc.org.mz/index.php/radios/projecto-mulher> Consultado em 17 julho 2022, 17:40h.

²⁶ Por exemplo: <https://www.forcom.org.mz/> Consultado em 17 julho 2022, 17:33h.

²⁷ Por exemplo: <https://www.voaportugues.com/a/radios-comunitarias-mocambicanas-combatem-casamentos-prematturos/3367684.html> Consultado em 17 julho 2022, 17:30h.

²⁸ Informações prestadas pelo entrevistado.

²⁹ Informações prestadas pelo entrevistado.

sobre o diálogo com as instituições, por exemplo, requerimentos, pedidos de informação ou reclamações (Mário, 2015), dificilmente as comunidades rurais mais isoladas conseguiriam receber esse tipo de formação perante a ausência ou fráglis espaços e educação e formação de adultos, ainda com taxas de analfabetismo muito elevadas, apesar da melhoria dos últimos anos. O desenvolvimento do tipo de agricultura, de subsistência e de pequeno mercado, tem permitido uma autonomização da população no combate à pobreza e à fome³⁰.

No âmbito da cidadania ativa, incluímos a participação na vida partidária e nas eleições livres e plurais de Moçambique, apesar da dificuldade de aferir o impacto direto das RC nessa dinâmica democrática (*Participação das rádios comunitárias na educação cívica e cobertura eleitoral. A experiência das rádios comunitárias nas eleições autárquicas em Moçambique. Casos concretos de: Dondo, Chimoio e Cuamba*, 2003). Todavia, a preocupação em criar procedimentos uniformizadores (Hanlon, 2013; *Participação das rádios comunitárias na educação cívica e cobertura eleitoral. A experiência das rádios comunitárias nas eleições autárquicas em Moçambique. Casos concretos de: Dondo, Chimoio e Cuamba*, 2003; *Rádios comunitárias: Cobertura de eleições. Dez regras de conduta*, 2003). Quanto ao papel da RC durante as eleições e existência de diálogo com vozes contraditórias sobre a informação política prestada pelas RC e até denunciadora de uma eventual orientação/controlo da informação política³¹ ou sobre o trabalho dos jornalistas e repórteres das RC a propósito de temas “sensíveis” para o governo parece indicar que as RC desempenham ou tentam realizar um papel importante na informação político-partidária durante as eleições ou entre elas, com momentos de esclarecimentos e debate³². Todavia, a escala micro das RC tradicionalmente não trabalha assuntos nacionais, limitando-se a ler as informações emanadas superiormente.

Neste conjunto informativo, é de referir duas exceções:

- Os noticiários das RC localizadas na órbita da capital de Moçambique ou de Cabo Delgado (Nhamirre et al., 2017) por vezes abordam temas “sensíveis” locais, de cariz nacional, confundindo-se com os noticiários nacionais e, por conseguinte, eventualmente sujeitos a supervisão central³³;
- As rádios locais do ICS, apeladas pelo governo de rádios comunitárias, transmitem um noticiário de informação política nacional (eventos e medidas do poder instituído) comum a todas as rádios da rede ICS, em português, e prévio ao noticiário da responsabilidade de cada rádio (notícias da e para a comunidade, em português e na(s) língua(s) materna(s)), dando voz à política governamental numpalco radiofónico de menor escala e não previsto para tal³⁴.

³⁰ Informações prestadas pelo entrevistado.

³¹ Consulte-se, por exemplo, o artigo “Investigação especial: Governo tem plano para controlar rádios comunitárias independentes” de 21 agosto 2019 - <https://www.cipeleicoes.org/1362-2/> Consultado em 18 julho 2022, 18:50h.

³² Reconhecida em artigo *online* “Rádios comunitárias têm papel crucial na cobertura eleitoral em Moçambique” de 17 setembro 2014 - <https://www.dw.com/pt-002/r%C3%A1dios-comunit%C3%A1rias-t%C3%AAm-papel-crucial-na-cobertura-eleitoral-em-mo%C3%A7ambique/a-17927399> Consultado em 18 julho 2022, 17:07h.

³³ Consulte-se, por exemplo, o artigo de blogue intitulado “Direção do ICS impõe censura a jornalistas de rádios comunitárias em período eleitoral” de 16 setembro 2019 - https://macua.blogs.com/files/eleicoes-gerais_52-16-09-19-1-1.pdf, Consultado em 18 julho 2022, 17:05h.

³⁴ Consulte-se exemplos em: <https://www.ics.gov.mz/rádios/> Consultado em 18jul2022, 17:12.

Parece, então, que a transição do monopartidarismo para o pluripartidarismo e a construção de um país de paz social e tolerância com sinais importantes de participação cívica (por exemplo, nas eleições ou em associações comunitárias), promovida pelas RC, inscreve-se nesse impacto democratizante das RC. A existência de informação político-partidária, o debate sobre medidas políticas e a denúncia ou queixa de eventuais abusos de poder, das RC e pelas RC, expressos até em alguns estudos ou relatórios publicados (CAICC. *Avaliação intermédia do plano estratégico 2017-2021*, 2020; Freelance, 2017; Nhamirre et al., 2017; Nhanale & Mabunda, 2018, 2019; Ofumana et al., 2017), insere-as nesse evoluir democrático moçambicano (Paula, 2011).

Por fim, o impacto cultural dos programas musicais, artísticos e linguísticos das RC será igualmente positivo uma vez que a cultura, aliada ao entretenimento, cativa o público e mantém viva a comunidade. O incentivo à escolarização e à alfabetização da população (infantil, juvenil e adulta) poderá acontecer com maior facilidade nas RC mais próximas de infraestruturas culturais como bibliotecas, centros educativos, escolas, museus e universidades, sendo os voluntários jovens agentes essenciais para essa dinamização. Nas RC mais isoladas, o impacto será menor ou diferente, apostando mais na cultura oral.

Impactos heterogéneos, de diferentes ritmos e escalas, e significativos nas comunidades e, por conseguinte, na própria sociedade moçambicana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade moçambicana convive com os *media* e, em especial, com as rádios comunitárias e as rádios locais, numa dinâmica de desenvolvimento local e comunitário, educativo, económico, político e cultural, singular e essencial para a vivência da autonomia, da emancipação, dos direitos humanos, da paz e da democracia do país e da região.

Processo em evolução desde os anos 90 do século XX, com o apoio de estruturas mundiais ou internacionais e de países promotores do desenvolvimento integral da cidadania, mas também do poder instituído em Moçambique, com claro benefício dos indivíduos e das comunidades, ou seja, da própria sociedade moçambicana (Jane, 2006; Mkaima, 2011; Paula, 2012a, 2012b). Ao ponto de, neste século, o financiamento internacional das rádios comunitárias moçambicanas continuar a ser promovido, essencial para a sua autonomia financeira e independência política e noticiado, por exemplo, com a notícia intitulada “Governo dos E.U.A. disponibiliza 6 milhões de dólares para fortalecer serviços de rádio comunitária em Moçambique”, de 27 de abril de 2021³⁵.

A guerra vivida em Cabo Delgado, os ecos de vozes denunciadoras de ações de controlo da liberdade dos *media* por parte das autoridades governamentais e regionais e a persistência da pauperização, do analfabetismo e da falta de saúde em grande parte do país, sobretudo rural e isolado, tal como a tendência do Instituto de Comunicação Social para desenvolver uma uniformização das RC que tutela, desvalorizando a especificidademicro de cada uma, e ainda afirmar a necessidade das RC

³⁵ <https://mz.usembassy.gov/pt/governo-dos-e-u-a-disponibiliza-6-milhoes-de-dolares-para-fortalecer-servicos-de-radio-comunitaria-em-mocambique/> Consultado em 18 julho 2022, 19:43h.

“reinventarem-se” na “educação do povo”³⁶ justifica o apoio e a vigilância internacional tal como das associações e comunidades, existentes em Moçambique, às RC, com e para as comunidades.

Enfim, um processo contínuo, com progressos e recuos, de desafios constantes e de resultados incontestáveis para o desenvolvimento dos moçambicanos, apesar de dificilmente mensuráveis.

Oxalá este trabalho tenha conseguido ajudar a compreender a importância das rádios comunitárias e das próprias comunidades do país em estudo, tão diferente de Portugal, e até fazer despertar o interesse para a prossecução de outros estudos.

BIBLIOGRAFIA

- Afonso, S., & Ribeiro, N. (2021). As rádios comunitárias ao serviço do desenvolvimento das zonas rurais em Sofala : Caso da Rádio Comunitária de Marromeu. *REID Revista Eletrónica de Investigação e Desenvolvimento*, 12, nº2, 59–74.
- Alves, A. (2005). As rádios comunitárias em Moçambique. Estudos de caso [Universidade do Porto].
- Bamo, L. (2014). Inquérito sobre a participação da mulher nas rádios comunitárias e centros multimédia comunitários. Relatório final.
- Bertoni, L. M., & Galinkin, A. L. (2017). Teoria e métodos em representações sociais. In L. P. Mororó, M. E. S. Couto, & R. A. M. Assis (Eds.), *Notas Teórico-Metodológicas de Pesquisas em Educação: Concepções e trajetórias*, 101–122. Editus.
- Bonin, M-H. (1999). Cenário do pluralismo dos media. Uma visão geral sobre o sector dos Media em Moçambique.
- CAICC. (2000). Rádio comunitária. No AR legalmente do licenciamento ao exercício em Moçambique.
- CAICC. (2015). Estimativa do número de cidadãos abrangidos pelas rádios e centros comunitários em Moçambique.
- CAICC. (2017). Conteúdos produzidos nas rádios e centros multimédia comunitários em Moçambique 2016.
- CAICC. (2020). Avaliação intermédia do Plano Estratégico 2017-2021.
- CAICC. (2020). Cmc's, telecentros e rádios locais e comunitárias em Moçambique.
- CAICC. (n.d.). Manual de apoio pedagógico aos Grupos Editoriais nas Rádios Comunitárias
- CAICC. (n.d.). Rádios Comunitárias e as línguas usadas.
- Freelance, J. (2017). Liberdade de imprensa, uma necessidade e uma luta contínua. MISA-Moçambique.
- Figueiras, R. & Ribeiro, N. (2019) (Eds). *O Setor dos Media no Espaço Lusófono* Universidade Católica Portuguesa.
- Goldenberg, M. (2004). A arte de pesquisar. In *Revista de Administração Pública*, Vol. 39, Issue 4.
- Hanlon, J. (2013). Por eleições transparentes, livres e justas. Manual para comunicação social, observadores não partidários e delegados das candidaturas para as eleições em Moçambique. Programa para Fortalecimento da Mídia - IREXMoçambique.
- Jallov, B. (n.d.). Angariação de fundos para uma rádio comunitária. Uma sessão de formação. Projeto de Desenvolvimento dos Media.
- Jane, T. J. (2006). Comunicação para o desenvolvimento: o papel das rádios

³⁶ Referido no artigo de 13mai2022 - <https://www.ics.gov.mz/?p=683> Consultado em 18jul2022, 20:24.

- comunitárias na educação para o desenvolvimento local em Moçambique [Universidade Metodista de São Paulo].
- Mário, T. (2015). Lei do Direito à Informação. Conhece os teus direitos e deveres, 20.
- Minayo, M. C. (2001). Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social. *Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade*, 80.
- Mkaima, R. (2011). As rádios comunitárias em Moçambique: Contributo para uma análise [ISCTE-IUL].
- Nhamirre, B., Mabunda, L., Zefanias, A., & Chekwa, J. (2017). MISA. Estudo de caso sobre as violações da liberdade de imprensa e a segurança das rádios comunitárias nas zonas em conflito armado. 2014-2016. In *Globalização e Novos Atores*. MISA-Moçambique.
- Nhanale, E., & Mabunda, L. (2018). MISA. Relatório sobre o estado da liberdade de imprensa e de expressão em Moçambique (2016-2017). MISA-Moçambique.
- Nhanale, E., & Mabunda, L. (2019). MISA. Relatório sobre o estado da liberdade de imprensa 2018. MISA-Moçambique.
- Ofumana, A., Nhanale, E., & Mabunda, L. (2017). MISA. Relatório do Estado da Liberdade de Imprensa e de Expressão em Moçambique 2010–2015. MISA-Moçambique
- Pardal, L., & Lopes, E. (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Areal Editores.
- Paula, P. (2010). Rádios Comunitárias: “Voz di Povo”. A experiência africana: os casos da Guiné-Bissau e Moçambique. In *7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos*, 19.
- Paula, P. (2011). Rádios comunitárias: por uma democracia activa. Dois estudos de caso: Guiné-Bissau e Moçambique. *XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 16.
- Paula, P. (2012a). Comunicação para o Desenvolvimento: Novo paradigma de intervenção comunitária. Rádios comunitárias da Guiné-Bissau e de Moçambique.
- Paula, P. (2012b). Rádios comunitárias: Em prol da comunicação para o desenvolvimento. *Africanologia - Revista Lusófona de Estudos Africanos*, 141–166.
- Paula, P. (2013). Rádios comunitárias em África: Movimentos pelos direitos humanos. In Hernâni Neto & S. Coelho (Eds.), *Cive Morum International Congress: proceedings*, 70–76. Civity Publishing.
- Paula, P. (2014). Para onde vais, Comunicação para o Desenvolvimento? Rádios comunitárias: projetos com compromisso! In Hernani Neto & S. Coelho (Eds.), *Responsabilidade social, respeito e ética na vida em sociedade*, 246–267.
- Reis, B. (2017). Os conteúdos em análise. Teorias e práticas da análise de conteúdo. In *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais*, 205–235.
- Sadique, F. (n.d.). O conceito de rádios comunitárias. In *O Conceito de Rádios Comunitárias e Grupos Editoriais*, 1–7.
- Sadique, F. (2001). Ondas comunitárias. Algumas experiências de apoio ao estabelecimento de rádios comunitárias pela UNESCO em Moçambique.
- Taimo, N., & Zandamela, I. (2006). Relatório sobre o impacto das rádios comunitárias na comunidade. Cuamba, Dondo, Macequece. Voz Coop.
- Teun, V. D., & Mendizábal, I. R. (1999). *Análisis del Discurso Social y Politico*.
- UNESCO/PNUD. (2003). Rádios comunitárias: cobertura de eleições. Dez regras de conduta.
- UNESCO/PNUD. (2003). Participação das rádios comunitárias na educação cívica e cobertura eleitoral. A experiência das rádios comunitárias nas eleições

autárquicas em Moçambique. Casos concretos de: Dondo, Chimoio e Cuamba.
UNESCO/PNUD. (2011). Relatório sobre consultoria de monitoria dos programas
radiofónicos das 6 rádios comunitárias.
UNESCO/PNUD. (n.d.). Manual de apoio pedagógico aos grupos editoriais nas rádios
comunitárias.